

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARTHUR ALBUQUERQUE DAINEZ

**O saber “científico” nas representações do território do Oeste Paulista: O papel da
Comissão Geográfica e Geológica (1905-1914)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de História da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo - PUC/SP como pré-requisito para a obtenção do
Título de Bacharel em História

Orientador: Alberto L. Schneider

São Paulo

2020

O saber “científico” nas representações do território do Oeste Paulista: O papel da Comissão Geográfica e Geológica(1905-1914)

Resumo: O presente artigo busca analisar a discussão acerca da representação do “Sertão” paulista empreendida pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo em seus relatórios de Expedição. Visando salientar a discussão da elite letrada e administrativa acerca do território do estado. Pensando o papel da ciência e da técnica no processo de construção dos projetos modernizadores da primeira década do século XX.

Palavras-chave: Comissão Geográfica e Geológica; Sertão Paulista; Representação científica.

Abstract: This article analyzes the discussion about the representation of São Paulo's “Sertão” undertaken by the Geographical and Geological Commission of the State of São Paulo in its Expedition reports. Aiming to highlight the discussion of the literate and administrative elite about the state's territory. Thinking about the role of science and technology in the construction process of modernizing projects of the first decade of the 20th century.

Keywords: Geographical and Geological Commission; Sertão Paulista; Scientific representation.

INTRODUÇÃO

Pensar a história do Estado de São Paulo, nos séculos XIX e XX, é refletir sobre o êxito do avanço da cafeicultura sobre o seu território. Uma temática amplamente discutida pela historiografia brasileira, mas que sempre permite novos prismas de análise. São Paulo é representado como um estado moderno, dinâmico, conectado e integrado por suas ferrovias. A região, que além de dominar a produção mundial de café, ainda dominava o cenário político nacional com a sua

“emergente burguesia”¹. Refletir sobre tamanho “êxito”, porém, é fundamental. A representação que esta elite fez contrastava com a situação vigente, principalmente na questão territorial paulista.

Portanto, a discussão aqui realizada busca explorar a representação do noroeste do Estado de São Paulo a partir dos relatórios de duas expedições realizadas pela CGG nos anos de 1905 e 1906. Analisando o discurso textual, fotográfico e cartográfico dos agentes letrados da elite paulista acerca do “Sertão”. Trazendo para o debate o papel da ciência e da tecnologia como instrumentos do governo estadual no início do século XX.

Na presente reflexão pretendemos tratar o estado como algo em construção, destacando a centralidade da conquista territorial empreendida nas primeiras décadas do século passado. Entender os sentidos e o significado desse avanço a partir das publicações da instituição. Trataremos da representação que os “agentes” da ciência do período construíram acerca desta conquista e como isso se reflete no governo. Pensar no papel de uma ciência que se comprometeu com os anseios do estado, materializada aqui na Comissão Geográfica e Geológica do Estado(1886-1930). Instituição que teve como tarefa a produção de um conhecimento sistemático e moderno acerca do território pouco conhecido pelos olhos da ciência, o chamado “Sertão” do “Oeste Paulista”. Uma parcela de espaço que era tida como uma “mancha desconhecida”, como uma região problemática que precisava de ressignificação e transformação. Mudança esta que seria feita com o avanço “civilização”, por meio da fronteira agrícola da cafeicultura, com as ferrovias, com o estabelecimento dos núcleos de colonização, mas que parte dos levantamentos técnico-científicos.

O entendimento da conquista do “Oeste” depende de uma análise que abarque as forças políticas enquanto produtoras de imagens e representações tanto do território quanto dos tipos humanos ali presentes. As chamadas “ideologias

¹ Ver Warren DEAN. A industrialização durante a República Velha in: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed., São Paulo: Difel. 1977, v.1, p. 251-283.

geográficas” (MORAES, 2003) por trás dos relatórios da CGG² serão aqui analisadas pensando justamente no ideário e na intencionalidade dos agentes que produziram estas fontes. Compreender a dimensão estratégica da Comissão para viabilizar a expansão da rede ferroviária(Ferrovia Noroeste do Brasil), dos núcleos de colonização e do avanço das lavouras de café. Pensar na forma como os indígenas Kaingang(chamados de “coroados”) vão ser representados como entrave ao avanço “civilizatório”.

No presente trabalho daremos enfoque às ações da CGG num período específico de quase dez anos(1905-1914). Um momento singular da produção científica da Comissão, onde o debate sobre o Oeste estava muito presente no círculo da “burocracia científico-tecnológica”³ paulista. Um período onde o estado, por meio da Secretaria da Agricultura, investiu significativos recursos. Um contexto onde as discussões, de maneira geral, giravam em torno da construção de uma representação de São Paulo como um estado moderno, onde a ciência tinha papel central como instrumento e solução dos impasses da modernização. Destacando que a ciência passava por um processo de institucionalização, portanto é relevante explorar a gênese e a fisionomia da Comissão Geográfica, antes do período que aprofundaremos nas ações e publicações da CGG na primeira década do século XX.

Também é importante evidenciar o papel que a natureza tinha no imaginário desses personagens. O meio natural cobiçado pelo seu potencial de gerar riqueza para o Estado em franco desenvolvimento. Conhecer significava mapear e catalogar com um moderno aparato técnico e tecnológico, a vasta parcela no noroeste de São Paulo. Análises pedológicas do solo, mapeamento das grandes bacias hidrográficas, levantamentos climáticos e topográficos, zoológicos, botânicos, demográficos e etnográficos paulatinamente foram sendo realizados a partir daquilo que era registrado pelas diversas expedições realizadas pela CGG. A instituição se preocupou em tornar visível sua produção científica, o que foi se materializando com a publicação dos relatórios das expedições realizadas.

² Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.

³ Nicolau SEVCENKO. Introdução in *História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo: Cia das Letras, 1998, v. 2. p. 17.

Cenário da Economia Cafeeira Paulista no início do século XX

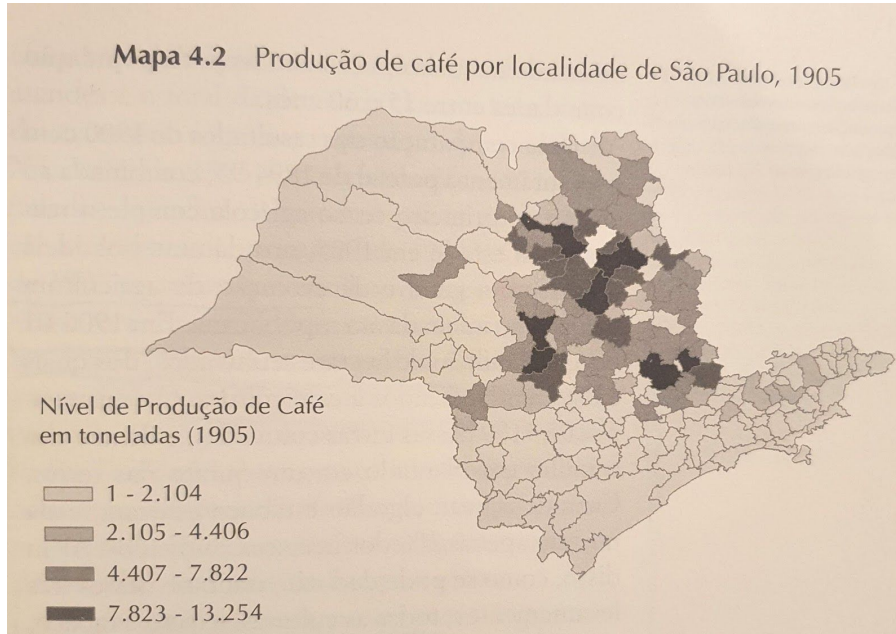
Antes de nos atentarmos especificamente nas questões da CGG é preciso analisar o contexto econômico de São Paulo, buscando analisar a particularidade do estado no cenário nacional e internacional. Atentando para as condições do momento que a agricultura paulista vivia e de que forma a conquista das terras do oeste se insere neste meio.

O governo estadual, bastante fortalecido nas primeiras décadas do período republicano, lidava com uma crise da economia cafeeira no início de século XX que estava ligada com a superprodução do produto. Desde o final do século XIX a agricultura paulista passava por um crescimento intenso, marcado pela grande demanda de café no mercado internacional. O Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, se encontrava como o principal fornecedor do produto. Mas já na década de 1900 começava-se a sentir os efeitos do crescimento da cafeicultura no país. Segundo Klein e Luna(2019) a produção brasileira em 1906 chegava a 20,6 milhões de sacas, enquanto a demanda mundial ficava em 17,5 milhões de sacas. Os autores pontuam que este cenário de superprodução era acompanhado por uma desregulação geral dos preços do café, desvalorizando até mesmo a moeda brasileira.

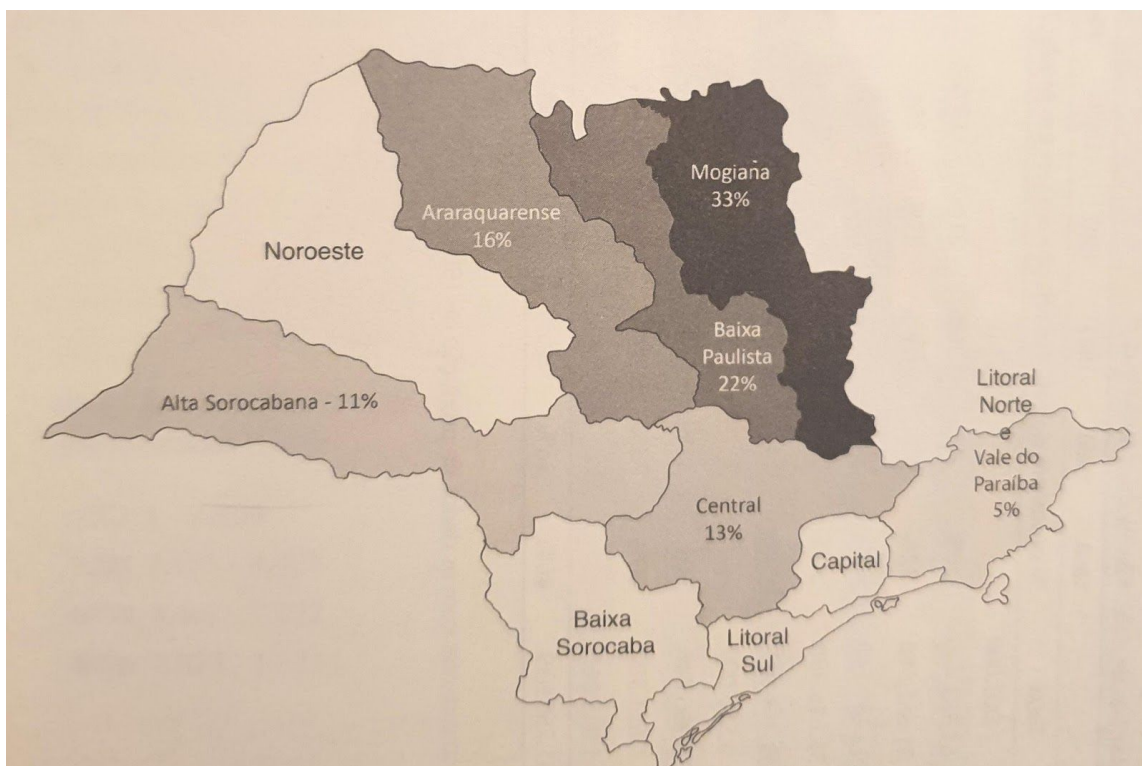
O destaque que pretendemos dar é justamente para o momento em que o estado passa a intervir na economia a fim de estabilizar os preços e solucionar a crise estrutural que se colocava. Em 1905 e 1906 medidas essenciais foram tomadas nas esferas federal e estadual a fim de inserir efetivamente o Estado na compra dos excedentes da produção cafeeira, medidas que seriam essenciais nas décadas seguintes para a continuidade do crescimento dessa atividade. O que nos interessa desse momento é o censo agrícola realizado pelo governo de São Paulo em 1905. Este estudo abrangente nos oferece um quadro completo da economia paulista, englobando todos os municípios existentes até então⁴. Um censo que se

⁴ Ver LUNA, Francisco Vidal. História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950/ Francisco Vidal Luna [e] Herbert S. Klein. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019. p. 173.

revela muito pertinente, pois oferece o perfil da ocupação do território paulista, abrangendo as características da distribuição das propriedades, assim como a fisionomia dos trabalhadores presentes nas lavouras. Os mapas a seguir materializam esses dados.



Mapa 1.1- *Produção de café por localidade de São Paulo, 1905.* LUNA, Francisco Vidal. História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950/ Francisco Vidal Luna [e] Herbert S. Klein. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019. p. 169



Mapa 1.2- *Principais regiões produtoras de café, 1905.* LUNA, Francisco Vidal. História econômica e

social do estado de São Paulo, 1850-1950/ Francisco Vidal Luna [e] Herbert S. Klein. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

Os mapas acima tornam visíveis a distribuição das zonas cafeeiras no estado de São Paulo e as localidades onde se concentram as propriedades mais produtivas. É possível notar que a parcela Noroeste e a alto Sorocabana são zonas de baixa produtividade, portanto com baixa presença dessa atividade. Isso nos revela o contraste com as regiões ao norte(Mogiana, Baixa Paulista e Araraquarense) , as mais dinâmicas em 1905 e o declínio do Vale do Paraíba. Luna e Klein(2019) vão ressaltar justamente este direcionamento maior da produção para as áreas de ocupação recente. Regiões até então cobertas por vegetação nativa ou de culturas sem valor comercial.

Os autores salientam uma peculiaridade desses novos espaços de ocupação, são justamente neles em que estavam localizadas as propriedades de maior extensão territorial e onde a maior parcela do trabalho provinha de estrangeiros⁵. Zonas ainda pouco exploradas e pouco conhecidas que vinham sendo o grande alvo dos interesses econômicos da elite cafeeira. Para analisar melhor o avanço à oeste, é fundamental entender mais a fundo o papel das instituições estatais e dos sujeitos sociais que as dirigem nesse processo de conquista de espaços “desconhecidos”.

Breve histórico da Instituição

A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, criada por um decreto estadual em 1886, nos fins do Império, foi uma das primeiras instituições científicas criadas pelo Estado. Uma instituição fundamental para a produção da ciência paulista e nacional, que durante seus quarenta e cinco anos de existência contribuiu em diversas frentes para o projeto de desenvolvimento dos governos da época. Comissão que se relaciona muito com o nascimento de diversas outras entidades, como o Museu Paulista(1893) e o Instituto Histórico e Geográfico de São

⁵ Ver LUNA, Francisco Vidal. História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950/ Francisco Vidal Luna [e] Herbert S. Klein. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019. p. 185.

Paulo(1894)⁶. Com o seu desmembramento, em 1930, deu lugar à instituições presentes até os dias de hoje, especializadas nas questões que já eram trabalhadas no interior da CGG.

Cláudia Moi⁷ analisa de forma interessante as características das instituições científicas que estavam sendo criadas na virada do século. A autora trabalha com duas grandes categorias ao pensar na produção científica no Brasil. Em um primeiro momento, de 1810 a 1870, as expedições da “ciência” eram feitas essencialmente por estrangeiros. Aqui podemos elencar uma série de naturalistas, botânicos e pintores europeus e norte-americanos. Entre 1870 e 1940, Moi, vai destacar o papel da produção encabeçada pelas comissões científicas governamentais, que segundo ela atendiam às formas sistemáticas de pesquisa com resultados voltados diretamente para os interesses do poder público. A CGG se encontra, portanto, nesta segunda fase onde a produção do saber está intimamente ligada à gestão governamental.

*Deve-se considerar que na virada do século XIX estes homens[elite letrada] encontravam-se imersos numa **específica conjuntura e imaginário político-cultural, em que São Paulo era visto como uma potência ‘moderna’, ‘cosmopolita’** às expensas da industrialização e do circuito de negócios que envolveram a agricultura, o sistema de fábricas, a contratação de mão-de-obra, a expansão do comércio imobiliário, as redes de comunicação e transporte dentro da província paulista e outras unidades da nação. Esses assuntos também afetavam a administração pública e estavam na sua agenda. Muitas vezes, os mesmos homens que atuavam à frente dessa rede de negócios ocupavam cargos na burocracia pública, estavam no legislativo e/ou nesse rol de instituições científico-letradas.(MOI, 2005. p.56)⁸*

A CGG foi criada nos moldes da antiga Comissão Geológica e Mineralógica do Império(1875-1877), tendo como primeiro dirigente o norte-americano Orville Derby. O estrangeiro trabalhou na CGMI e foi requisitado pelo governo paulista para planejar e organizar a nova comissão. Ficou a frente da instituição até 1905, quando foi substituído pelo engenheiro João Pedro Cardoso. É importante destacar que a as

⁶ Muitos dos cientistas, técnicos e engenheiros que passaram pela CGG, estiveram presentes em outras instituições que surgiram neste período. Ver LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinato. "João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931" / - São Paulo, 2014. 2 v. : il.

⁷ Claudia MOI. A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo: Uma História In *Explorações do Olhar: Ciência e Arte nas Fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, Campinas, Instituto de Artes/UNICAMP, 2005, p. 30.

⁸ Grifos meus

ações e produções da Comissão estavam marcadas pelas concepções “naturalistas” de Derby. Daremos um breve destaque para as características deste primeiro período.

O estadunidense Orville Derby, geógrafo e geólogo, foi uma figura marcada pela historiografia como naturalista. Uma corrente científica muito influente ao longo de todo o século XIX, tendo como principal nome o pai da geografia moderna, Alexander Von Humboldt. Cláudia Moi, destaca o aspecto do método empirista das investigações geográficas, observação e descrição das paisagens. Um conhecimento com certo aspecto de colecionismo, manifesto nos “Gabinetes de curiosidades”, tão populares na Europa do período. Uma ampla abordagem da “História Natural”, onde se tinha como objeto de estudo a natureza e o universo em sua totalidade. Um saber enciclopédico abrangente, mas voltado para questões mais teóricas do que práticas⁹.

No que se refere à concepção de trabalho científico nas áreas de Geografia e Geologia, Orville Derby enquanto diretor da CGG pautou-se pelas vertentes de Humboldt e Ratzel, Neste sentido, ele acabou por descontentar os interesses econômicos e políticos imediatistas de homens ligados direta ou indiretamente à cafeicultura (produtores, comerciantes e transportadores), bem como comerciantes de terras e industriais. A intenção desses era por meio dos trabalhos da CGG realizar o mapeamento de uma área correspondente a 20.000 km² conhecida como sertão, o ‘oeste paulista’, ou ‘terrenos desconhecidos’.(MOI, 2005, p.35).

Como pontuado acima, as ações de Orville Derby na direção da CGG não foram bem aceitas pela elite cafeicultora, que esperava uma produção direcionada para seus interesses práticos de expansão para o Oeste. Entre 1890 e 1905 a instituição não realiza expedições, focando seus trabalhos nos serviços de meteorologia e botânica. As críticas à Derby foram frequentes nos veículos de imprensa, onde as personalidades políticas e os influentes cafeicultores faziam questão de destacar a permanência de uma “mancha” nos territórios do sertão. Catorze anos na chefia da Comissão e somente um terço do território havia sido mapeado. Para ilustrar melhor este ponto, destaca-se o discurso do então deputado

⁹ Claudia MOI. A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo: Uma História In *Explorações do Olhar: Ciência e Arte nas Fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, Campinas, Instituto de Artes/UNICAMP, 2005, p. 33.

secretário, Carlos Botelho, vai realizar uma profunda reforma nas diretrizes do órgão público, reestruturando a CGG e ampliando a pasta da secretaria para os campos estratégicos da infraestrutura (estradas de rodagem, viação, comércio) das terras, da imigração e colonização. Gilmar Arruda salienta o caráter político por trás da reestruturação, a permanência dessas lacunas no estado demonstrariam fraqueza da administração¹². A execução e divulgação dos trabalhos científicos tinham essa dimensão publicitária, como exploraremos mais adiante.

A “reforma Carlos Botelho”¹³ vai colocar à frente da Comissão o engenheiro civil João Pedro Cardoso, formado na escola politécnica do Rio de Janeiro alinhado com os aspectos práticos almejados pela secretaria. Cardoso era caracterizado por um perfil “profissional” e “empreendedor”, havia trabalhado na construção de ferrovias, identificado diretamente com as ações pragmáticas de aplicação da ciência. O engenheiro ficará na chefia da instituição de 1905 até o seu desmembramento em 1930. Contudo, destacamos aqui os seus primeiros anos de gestão, período na qual a questão da eliminação da “mancha” do Oeste foi central nas ações de CGG. Entre 1905 e 1914 as viagens de exploração atingem o seu auge¹⁴, assim como uma vasta publicação dos relatórios destas expedições.

Finalizadas as principais viagens, as de exploração ao ‘extremo sertão’ em 1907, o chefe da Comissão rapidamente publicou mapas e relatórios com fotografias a fim de justificar a verba aplicada e mostrar resultados como, por exemplo, a Carta Geral do Estado de São Paulo em 1908, a Carta da Lavoura de Café e a Planta do Extremo Sertão do Estado com indicação dos rios e afluentes com suas respectivas denominações. (MOI, 2005. p. 42).

¹² LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinato. "João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931" / - São Paulo, 2014. 2 v. : il. p.52-53

¹³ Carlos Botelho no início do seu mandato realizou uma reorganização estrutural ampliando a área de atuação da pasta da Agricultura ao criar diretorias como: da Agricultura, da Indústria, do Comércio, de Terras, Colonização e Imigração, da Viação e Obras Públicas, da Indústria Animal, das Estradas de rodagem, de Publicidade Agrícola e departamentos como o Estadual do Trabalho, Patronato Agrícola e o Serviço Meteorológico[...]. Zoraide MARTINS.(org). *Agricultura Paulista: uma história maior que cem anos*: São Paulo: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991, p.111-120.

¹⁴ Segundo Cláudia Moi foi a fase de maior realização de “resultados visíveis, eficazes e práticos”. Ver Claudia MOI. *A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo: Uma História In Explorações do Olhar: Ciência e Arte nas Fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, Campinas, Instituto de Artes/UNICAMP, 2005, p. 42.



Mapa 1.5- Carta Geral do Estado de São Paulo. Organizada pela Comissão Geográfica e Geológica. Engenheiro João Pedro Cardoso, Chefe. 1910. Arquivo Nacional. Fundo Francisco Bhering.

O mapa 1.3 é muito significativo em nossa análise. Nele, podemos verificar uma uniformidade no estado de São Paulo. Aqui não vemos a “mancha” dos indígenas e nem do desconhecimento. A Carta Geral do Estado representou uma grande vitória da administração estadual no processo de representar seu território a partir da moderna ciência cartográfica.

Relevante destacar que nosso recorte temporal tem respaldo com a natureza das atividades práticas da CGG em relação ao “Sertão” paulista. Após o seu sistemático mapeamento e das publicações dos resultados as explorações de campo da instituição vão diminuindo paulatinamente ao longo das décadas de 1920 e 1930. Os planos de ação da Comissão passam a estar voltados para a demarcação territorial, das fronteiras estaduais e limites municipais, além do estudo mineralógico com ênfase na procura por petróleo e apatita (mineral usado como insumo para as lavouras). Com a crescente industrialização do Estado de São Paulo, houve também um direcionamento para os trabalhos relacionados ao estudo

dos recursos hidráulicos como matriz energética.¹⁵O mapa abaixo representa os trabalhos de campo realizados pela instituição até a sua extinção. Em azul, verifica-se o mapeamento nas regiões que estamos tratando no presente artigo.



Mapa 1.6- *Demonstrativo dos levantamentos feitos no estado de São Paulo, organizados por época.* Carta de Progresso da Comissão Geographica e Geológica de São Paulo. Chefe João Pedro Cardoso. Publicada no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriça sendo secretário da agricultura o Dr. Carlos Botelho. São Paulo, 1907.

Após este breve apanhado histórico da instituição e antes de adentrarmos especificamente no debate acerca da representação do “Sertão” nos relatórios e mapas da CGG é preciso analisar brevemente a própria noção de “espaço sertanejo” e de “território desconhecido”. Pensar de que forma essas categorias foram elaboradas, quais os agentes por trás das elaborações e de que forma isso se relaciona com o período destacado.

Os Sentidos da categoria “Sertão”

¹⁵ Ver Claudia MOI. A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo: Uma História In *Explorações do Olhar: Ciência e Arte nas Fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, Campinas, Instituto de Artes/UNICAMP, 2005, p.43.

Para compreender de maneira mais clara a imagem que estava sendo construída acerca da região em destaque é relevante explorar os sentidos que o termo “sertão” assume. A contribuição do geógrafo Antônio Robert Moraes é muito significativa para o entendimento dessa questão. Uma parcela de território não pode ser considerada como sertaneja por si só, é um símbolo imposto e carregado de valores específicos, não existindo enquanto um produto da natureza. Seria impossível, segundo o autor um “Sertão empírico”. O que cabe em nossa análise é pensar justamente no valor atribuído à essa categorização, quais os significados impressos na paisagem que fazem com que ela seja vista e representada dessa maneira. Moraes destaca que é fundamental pensar nas “ideologias geográficas” enquanto elementos fundamentais para interpretar as representações feitas pela geografia acerca do território de São Paulo.

Não se trata de um resultado de processos da natureza na modelagem de uma porção da superfície terrestre (como um ecossistema, um bioma, ou um compartimento geomorfológico), e nem do resultado de processos sociais na criação de um espaço produzido pela sociedade (como uma plantação, uma vila ou uma cidade) [...] Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, possível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno. (MORAES, 2003. p. 2)

Se o “sertão” é uma condição imposta à determinada localidade, mas sem fronteiras visíveis e verificáveis, podemos resgatar a literatura roseana no atrevimento de dizer que “o sertão está em toda parte”, não tem limites e fronteiras. Contudo, não somente em Guimarães Rosa¹⁶ que podemos estabelecer relações entre representações literárias e a geografia. Cláudia Moi destaca a influência da literatura do século XIX na formação das imagens desses espaços “sertanejos” no imaginário das elites letradas paulistas. Resgatando a obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, a autora explora a dicotomia colocada entre um espaço “civilizado” e de outro “incivilizado”, onde a civilização se encontra no litoral e a incivilidade no sertão. Também pontuada por Moi, os escritos de Alfredo Taunay sobre sua experiência na Guerra do Paraguai, “A retirada de Laguna” retrata um “sertão paradisíaco” por conta de suas belezas naturais. Essas imagens literárias

¹⁶ Gilmar Arruda resgata a literatura roseana citando o “Grande Sertão” onde o personagem Riobaldo caracteriza o espaço das veredas. Ver: ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: o historiador entre a história e a memória. Proj. História, São Paulo (19), Nov, 1999. p.131.

são fundamentais para compreender de que forma os letrados paulistas estavam caracterizando o sertão paulista, forjando a categoria a partir dessas subjetividades. Localidades com poucos relatos, distante, de difícil acesso, com tipos humanos exóticamente representados (sertanejos e indígenas).

*Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma **apropriação simbólica do lugar**, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um **espaço a ser conquistado**, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão[...] Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2003, p.6)¹⁷*

Esta alteridade geográfica que se constitui entre o “Sertão” e o “Território da Nação”, entre o “civilizado” e o “incivilizado”, a dicotomia entre avanço e atraso, foram pautas centrais nos debates daqueles que pensavam na modernização de São Paulo no início do século passado. É fundamental a análise de Moraes, ao pensar nos sertões como um “espaço-alvo” de projetos, justamente por atraírem o interesse de agentes que pensam na transformação e ressignificação dessas paisagens. Embora marcado como o diferente, arcaico, o espaço sertanejo pode ser entendido como um “fundo territorial”, ou seja um autêntico estoque de terras e recursos naturais.

É preciso pontuar que o debate sobre o “sertão” esteve presente em diversos momentos no período republicano. Cabe destacar as características específicas dessa questão no contexto aqui tratado. A aproximação entre o Brasil litorâneo e o do interior era uma das grandes ambições da intelectualidade naquele momento. Um grande interesse em buscar uma “essência” de brasilidade nesses espaços, mas ao mesmo tempo de agir transformando e modernizando. Segundo Lorenna El-Dine, o Estado republicano nas primeiras décadas do século XX desejava penetrar nos lugares mais remotos, civilizando as populações do interior. A autora ressalta o aspecto das diversas ações estatais de integração territorial,

¹⁷ Grifos meus

como a construção das linhas telegráficas e diversas outras empreitadas de reconhecimento desses espaços.

Vale pontuar a influência dessas viagens na intelectualidade brasileira, no sentido de valorização dos sertões. Particularmente no caso paulista, a valorização da história do estado e da memória das bandeiras, fortalece o sentimento e o valor específico da conquista territorial. Um estado que teria desde a sua gênese esse aspecto desbravador e empreendedor. Silvia Figueirôa trabalha bem esse resgate das bandeiras por parte dos agentes científicos e intelectuais, os “modernos bandeirantes” que estavam desbravando o estado e integrando o território¹⁸.

Representação e ressignificação do território: O discurso nos Relatórios

Daremos destaque agora aos relatórios referentes às expedições nas bacias dos rios feio e do peixe(**ver mapa 1.6**). Foram elencados estes dois trabalhos por conta de representarem um marco na história da CGG, mais especificamente na gestão “pragmática” de João Pedro Cardoso. Duas viagens de grande porte, com cerca de cento e vinte homens trabalhando em cada uma das turmas(**ver figura 1**). Técnicos especializados, engenheiros, praças de polícia e trabalhadores braçais compunham o quadro de agentes responsáveis por mapear a região. Durante quase um ano(entre 1905-06) esses indivíduos percorreram os leitos dos dois grandes rios da região, munidos de modernos instrumentos capazes de colher as informações necessárias.

¹⁸ Ver FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1987.



Figura 1- Turma do Rio do Peixe. SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do rio do Peixe*. 2.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1913.

Daremos ênfase para as máquinas fotográficas enquanto ferramentas de registro e de criação discursos específicos sobre o “Sertão”. Ressalta-se a importância das imagens no processo de transfiguração do sentido que era atribuído à região no momento. Moi destaca a importância da fotografia, ela seria o fiel testemunho do “homem civilizado” no oeste. As fotos inéditas desses espaços apareciam como um fator tranquilizante para a elite, que podia ver a “mancha” do desconhecimento sendo extinta. A autora ressalta esse papel das imagens complementando os discursos textuais.

Essa ação fotográfica significou a transfiguração do espaço imagético da ‘mancha’ no mapa pelo do ‘conhecimento e do poder’, ajudou a elite político-econômica paulista a ‘tomar uma posse imaginária’ de um parte do território do estado[...]De imediato ao reconhecimento cartográfico e fotográfico quase nada mudaria nos ‘sertões’ paulistas, mas antes sim, no campo do imaginário simbólico e político das elites letradas. (MOI, 2005, p.80)

São frequentes nos relatórios de expedição da CGG a descrição das exuberantes paisagens naturais, da opulência dos rios, da vasta quantidade de animais, das matas virgens às margens dos mananciais. Descrições que já vislumbram a transformação daquilo que é visto, um empreendimento de ocupação

simbólica dessa região¹⁹. O registro das ações das turmas, como as fotografias de homens abrindo caminhos na mata (picadões), do registro das caçadas, das equipes em grandes canoas, contribuem para a construção da imagem de desbravadores daquele espaço.

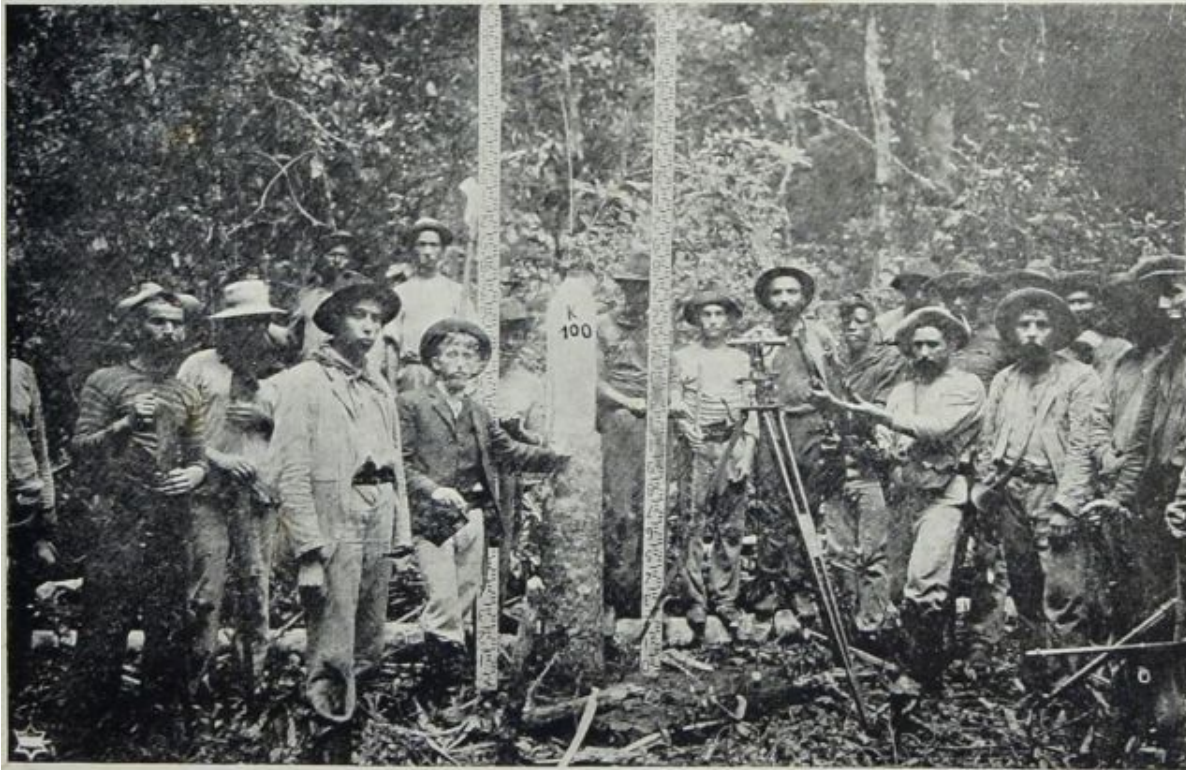


Figura 2- Picadão no quilômetro 100. SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração dos rios Feio e Aguapehy: extremo sertão do Estado*. 1.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1905.

¹⁹ Ver a discussão acerca da ideia de ocupação simbólica por meio das fotografias em: Claudia MOI. A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo: Uma História In *Explorações do Olhar: Ciência e Arte nas Fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, Campinas, Instituto de Artes/UNICAMP, 2005, p.81.



Figura 3- Acampamento na margem do rio do Peixe. SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do rio do Peixe*. 2.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1913.

As imagens acima são muito relevantes para nossa análise. Elas possuem um apelo estético, colocando a ação da turma da CGG em destaque. Essas ações colocam mais uma vez o aspecto de conquista do território. Na figura 2, podemos ver a equipe no centésimo quilômetro aberto na mata virgem. Nela vemos destacados também os instrumentos de registro. As figuras 1 e 3 nos revelam o tamanho da força de trabalho empregada das expedições.

A representação dos “Indígenas Ferozes”: Os Kaingangs como impasse

A temática indígena, questão frequente nos relatórios da CGG aqui destacados, merece especial atenção em nossa análise. Pensar os indígenas Kaingangs como sujeitos históricos que se inserem em um contexto de violência e usurpação de terras. Uma população que estava sendo representada enquanto “selvagem”, mas principalmente como o grande entrave do avanço da “civilização” para o oeste. De forma breve, é relevante contextualizar de que forma os indígenas estavam se relacionando com o seu território, buscando entender a motivação das ações violentas contra os agentes “civilizatórios”.

A etnia Kaingang, pertencente ao tronco linguístico Jê, habitava a parcela oeste do estado de São Paulo, assim como o norte paranaense e algumas porções do Santa Catarina, um povo de características nômades, com sua organização social baseada na caça e coleta²⁰. Até o início do século XX as bacias dos rios Feio, Aguapeí, do Peixe, Santo Anastácio, Tietê e São José dos Dourados eram áreas de presença deste povo, embora algumas representações cartográficas ocultasse²¹ tal presença(**ver mapa 1.1**). Segundo a antropóloga Silvia Helena Borelli, não se tem plena certeza do período exato da ocupação dessas áreas pela etnia, contudo, relatos de missionários do século XVIII já retratavam a região como território dos “Coroados”²². Indígenas que até o início do século passado não haviam sido assimilados à civilização, tendo preservado seus modos de vida, tradições e territórios de forma belicosa, o que fez com que carregassem o estigma de “índios ferozes”. Um contraste feita acerca das populações guaranis, que já haviam sido “amansados”(ver **figura 4**).

Uma população de aproximadamente 1200 indivíduos habitava a região antes do efetivo contato com os brancos, contato este que, segundo Borelli(1984), dizimou 80% dos Kaingangs. Durante a década de 1910 foi empreendida a “pacificação” dessa etnia por parte do Serviço de Proteção ao Índio, com práticas de extermínio e confinamento em pequenas áreas sendo frequentes no processo de liberação dessas terras para o avanço “civilizatório” do Estado²³.

²⁰ "Perfeitamente adaptados à região, os Kaingang desenvolveram formas próprias de apropriação do espaço. A coletivização dos territórios, a itinerância, as divisões em grupos e metades, as regras de casamento e as cerimônias realizadas em homenagem aos espíritos dos mortos eram vivências sócio-culturais que estavam em oposição à lógica dos conquistadores". PINHEIRO, N. S Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo – Oeste Paulista 1912-1967. Tese de Doutorado, Unesp/Assis, SP, 1999. p.44.

²¹ Segundo Beier, mapas como o mapa 1.1 tinham a intenção de atrair a mão de obra imigrante, suprimindo os termos “territórios desconhecidos” e a presença de “indígenas selvagens”. Ver.

²² Nomenclatura usada de forma generalizada aos Kaingangs por conta do corte de cabelo em forma de coroa, usado pelas crianças dessa etnia. Ver Luís Horta BARBOSA. *A pacificação dos Caingangs paulistas*, Rio de Janeiro, CSPI, publicação nº88, 1947. Apud Baldus HERBERT e E.L de ANRADE. Notas Etnográficas e Histórico-Geográficas in. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Universidade de São Paulo, t. 15. 1961. p.450-458.

²³ Ver BORELLI, S.H.S. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: Comissão pró-índio de São Paulo. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo. Yankatu. 1984.

Nos interessa pensar a particularidade do processo de reconhecimento, ocupação e colonização desses territórios por populações não indígenas. Borelli(1984) vai refletir sobre essa questão e traça alguns acontecimentos fundamentais que afetaram profundamente os indígenas. As expedições científicas, religiosas e a formação dos núcleos de subsistência nessas regiões vão servir de base para a ressignificação e transformação dessas terras indígenas em espaços abertos para a exploração.

É também relevante considerar a questão indígena a partir do imaginário da elite paulista, buscando nos discursos desses agentes as perspectivas para essas populações no processo de modernização do Estado. Os índios, por conta da literatura romântica e dos relatos de viajantes estrangeiros ao longo do século XIX eram representados como uma continuidade da natureza, fundido às paisagens naturais. A abordagem “científica” de alguns letrados colocava essas populações inscritas em um destino “natural” de morte e desaparecimento, condições das próprias leis naturais e não como ação violenta da “civilização”. O evolucionismo positivista, por outro lado, não pregava o extermínio, mas a assimilação e a tutela por parte dos “civilizados”. A visão dos indígenas como impasse era um consenso, portanto, mas as atitudes do Estado em relação à eles é que gerou intensos debates.

Cláudia Moi, em sua obra, resgata os discursos de algumas personalidades em relação aos Kaingangs. Os “homens de negócio”, como Cornélio Schmidt, pontuaram o risco oferecido pelos indígenas aos fazendeiros que sofriam ataques constantes em suas propriedades. Segundo a autora, personalidades importantes da cena paulista, como Hermann Von Ihering chegavam a defender abertamente o extermínio dessas populações. Representando um posicionamento de tutela e assimilação são destacados pela autora Cândido Rondon e Washington Luís. É preciso ressaltar que estes dois tinham posicionamentos distintos em relação às formas práticas de lidar com os nativos²⁴.

²⁴ Ver Claudia MOI. A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo: Uma História In *Explorações do Olhar: Ciência e Arte nas Fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, Campinas, Instituto de Artes/UNICAMP, 2005, p. 77.

Atentemos agora para a particularidade da representação dos “coroados” no relatório da expedição do rio feio em 1905. O engenheiro Gentil Moura, chefe dessa expedição, em muitos momentos vai destacar o fator indígena. A presença indígena não configurava uma problemática abstrata, na medida em que a turma da CGG chega a sofrer um ataque dos indígenas. Este relatório, contudo, vai destacar principalmente as disputas entre os sertanejos que buscavam empreender alguma atividade naquelas terras e os indígenas, que agiram ativamente contra a presença de invasores. O texto produzido pela Comissão também se preocupou em fazer um retrospecto desse conflito entre indígenas e os brancos, citando relatos de sertanejos e missionários do século XVIII até o momento presente dos trabalhos da instituição.

O índio Coroado tem sido o empecilho para o povoamento dessa zona. Cioso da sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua família, dos seus, defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêm com outro fito senão matá-los e tomar-lhes as terras. E é isso somente que tem feito com que não se desenvolva pela agricultura uma região fadada a um futuro grandioso. (COMISSÃO, 1905. p.10).

Considerações finais

Podemos verificar que o debate acerca da construção da imagem do estado de São Paulo enquanto um espaço moderno e dinâmico, econômico e socialmente, dependeu de diversos empreendimentos. O papel dos agentes políticos e intelectuais no interior das instituições do estado foi central na conquista do oeste. Verifica-se que questão da modernização por meio da ciência e do avanço da cafeicultura, como formas de levar a civilização para o interior do estado, foi intensa ao longo dos primeiros anos do século XX.

Buscou-se ressaltar a complexidade dessa conquista, pensando justamente nos agentes sociais envolvidos e na forma como estes agiram. A questão da construção de uma identidade paulista a partir do conhecimento científico do “Sertão” foi fundamental para o pensamento das elites letradas nas décadas seguintes aos trabalhos da CGG.

Salientamos a importância das ciências geográficas na primeira década do século, tanto no aspecto de estabelecimento de um saber sistemático e moderno, por meio de seus diversos trabalhos, quanto no seu poder de elaboração simbólica do oeste do estado. Pensando na força das fotografias, dos mapas e dos relatos das expedições no processo de ressignificação dessa parcela do território. Enxergando as contradições inerentes à questão indígena, principalmente na carga pejorativa que se direcionava às populações autóctones na marcha da civilização.

Referências Bibliográficas:

FIGUEIRÔA, Silvia. *“Batedores da Ciência em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do ‘sertão’ de São Paulo na transição para o século XX”.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.763-777, jul.-set. 2008.

BORELLI, S.H.S. *“Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada”.* In: Comissão pró-índio de São Paulo. Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo. Yankatu. 1984.

MOI, Claudia. *“Explorações do olhar: ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo”.*- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinato. *“João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931” /* - São Paulo, 2014. 2 v. : il.

MORAES, A.C.Robert. *Sertão, um “outro” geográfico.* Terra Brasilis[online], Revista da Rede brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 4-5| 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: o historiador entre a história e a memória.* Proj. História, São Paulo (19), Nov, 1999.

São Paulo. Instituto Geológico. *Os 120 anos da Criação da Comissão Geográfica e Geológica 1886-2006.* Fernando Cilento Fittipaldi(Coord.), Mirian Ramos Gutjahr(tradutor), São Paulo, IG, 2006.

LUNA, Francisco Vidal. *História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950/* Francisco Vidal Luna [e] Herbert S. Klein. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

ZEM EL-DINE, Lorena. *Sertão, formação do território e incursões ao interior no pensamento verde-amarelo.* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

Fontes Primárias

SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração dos rios Feio e Aguapehy: extremo sertão do Estado*. 1.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1905.

SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do rio do Peixe*. 2.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1913.

Anexos

Mapa 1.1- *Produção de café por localidade de São Paulo, 1905*. LUNA, Francisco Vidal. História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950/ Francisco Vidal Luna [e] Herbert S. Klein. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019. p. 169

Mapa 1.2- *Principais regiões produtoras de café, 1905*. LUNA, Francisco Vidal. História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950/ Francisco Vidal Luna [e] Herbert S. Klein. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

Mapa 1.3- *Mapa da Província de São Paulo organizado pela Sociedade Promotora de imigração de São Paulo*. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin & Cia, 1886. 1 mapa color.; 38 x 58 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Mapa 1.4- Cândido Mendes, *Província de São Paulo*, Atlas do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomatico, 1868, prancha XVII. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Mapa 1.5- *Carta Geral do Estado de São Paulo*. Organizada pela Comissão Geográfica e Geológica. Engenheiro João Pedro Cardoso, Chefe. 1910. Arquivo Nacional. Fundo Francisco Bhering

Mapa 1.6- Demonstrativo dos levantamentos feitos no estado de São Paulo, organizados por época.

Figura 1- Turma do Rio do Peixe. SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do rio do Peixe*. 2.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1913.

Figura 2- Picadão no quilômetro 100. SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração dos rios Feio e Aguapehy: extremo sertão do Estado*. 1.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1905.

Figura 3- Acampamento na margem do rio do Peixe. SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do rio do Peixe*. 2.ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica. 1913.



Figura 4- *Índios guaranys do ex-aldeamento de guaranyúva. Relatório de Expedição dos Rios Feio e Aguapeí. 1905.*